

“A VOZ DA SELVA” – EDUCOMUNICAÇÃO SOCIOAMBIENTAL E POSSIBILIDADES DE DESENVOLVIMENTO LOCAL SUSTENTÁVEL: EXPERIÊNCIAS E PRÁTICAS NA COMUNIDADE BOA ESPERANÇA – RDS AMANÃ/AM¹

Marilena Loureiro da **SILVA**²
Instituto de Ciências da Educação/UFPA
marilenals@ufpa.br

Thiago Antônio de Sousa **FIGUEIREDO**³
PPGEDAM/NUMA/UFPA

Resumo: *O presente trabalho foi realizado a partir da discussão sobre a comunicação e o desenvolvimento local, com o objetivo de verificar se o uso social da comunicação por moradores de comunidades inseridas dentro de Unidades de Conservação de Uso Sustentável, tem contribuído com a organização e conseqüentemente com o desenvolvimento de atividades comunitárias na localidade, baseado no conceito de sustentabilidade socioambiental. O trabalho foi realizado a partir do método estudo de caso e da observação participante, de uma comunidade localizada dentro da Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) Amanã, no estado do Amazonas, utilizando-se para as análises duas orientações teóricas: a) a teoria crítica; b) a teoria da recepção que desloca os estudos da comunicação para os fenômenos culturais. Neste contexto os resultados obtidos referem-se fundamentalmente aos seguintes aspectos: a) a comunicação desenvolvida na comunidade de estudo, se associa em alguns elementos da comunicação popular alternativa e comunitária; b) a comunicação popular, alternativa e, ou comunitária, neste caso, tem contribuído com a organização e a realização das atividades comunitárias, através da ampliação das informações referentes a tais atividades relacionadas principalmente a dimensão*

¹ Artigo produzido a partir dos resultados da dissertação de mestrado apresentada ao PPGEDAM, Núcleo de Meio Ambiente/NUMA/UFPA, 2009 pelo autor Thiago Antônio de Sousa Figueiredo.

² Dra. Em desenvolvimento Sustentável no trópico Úmido. PPDTU/NAEA/UFPA. Profª. e Pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Gestão Ambiental e Desenvolvimento Local na Amazônia/PPGEDAM/NUMA/UFPA e do Programa de Pós-Graduação em Educação/PPGED/ICED/UFPA.

³ Jornalista. Mestre em Gestão Ambiental e Desenvolvimento Local na Amazônia/PPGEDAM/NUMA/UFPA. Coordenador de Programas de Educomunicação socioambiental na Reserva de desenvolvimento Sustentável Mamirauá.

social do trabalho, da organização comunitária, da escola e da saúde; c) O Rádio, por ser um veículo oral e de fácil manuseio é o veículo mais utilizado pelos moradores da comunidade em estudo, como instrumento de ampliação das informações locais.

Palavras-Chave: *Comunicação Social. Desenvolvimento local. Comunidades.*

Abstract: *This work was carried out from the discussion about communication and local development, with the aiming to verify whether the use of social communication from residents of the communities, inserted inside Conservation Units of Sustainable Use, has contributed to the organization and consequently with the development of community activities in the locality, based on the concept of social and environmental sustainability. The work was carried out from a case study method and participant observation, a community located within the Sustainable Development Reserve (RDS) Amanã, in Amazonas state, using the analysis to two theoretical orientations: a) the critical theory, b) the theory of the reception that dislocates the studies of the communication for the cultural phenomena. In this context the results refer mainly to: a) the communication developed in the community of study, is associated in some elements of popular communication and community alternatives b) communication, alternative, popular, and community or in this case has contributed to the organization and conduct of community activities through the expansion of information concerning such activities related mainly to the social dimension of work, community organization, school and health; c) The radio, as a vehicle for oral and easy handle is the vehicle most used by residents of the community under study, as a tool for expansion on local information.*

Keywords: *Social communication. Local Development. Communities.*

Introdução

Para autores como McLuhan (1964) e Castells (1999), a modernidade possibilitou a formação de uma “aldeia global”, uma “sociedade em rede”, capaz de criar novas formas de gestão e de participação, na qual o auxílio das novas Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) possibilita a interação e diminuição das distâncias, unindo continentes, nações, estados e até mesmo, em alguns casos, localidades isoladas geograficamente.

Considerando o grau de diversidade e a dimensão geográfica da região, este estudo tem foco nas estratégias de comunicação praticadas por moradores das Reservas Estaduais Amanã (RDSA) e Mamirauá (RDSM), localizadas no Estado do Amazonas. Estas reservas são categorias de Unidade de Conservação (UC) de Uso Sustentável, denominadas pelo

Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) como Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS).

A pesquisa nasceu da preocupação em entender como as atividades de comunicação popular, comunitária e/ou alternativa, incentivadas dentro de Unidades de Conservação no Brasil, podem contribuir com a organização e o desenvolvimento das atividades comunitárias, que vivem e dependem das áreas naturais, atualmente estabelecidas como UC.

Verifica-se na atualidade amazônica a existência de projetos de comunicação comunitária, como o Cine Clube Caravelas desenvolvido no Parque Nacional Marinho de Abrolhos, na Bahia, e A Rede Mocaronga de Comunicação, desenvolvida na Floresta Nacional dos Tapajós, no Pará, que similarmente com o projeto escolhido para este estudo utilizam técnicas e instrumentos de comunicação com intuito de incentivar e fortalecer a organização e participação da população local nas atividades comunitárias. Todos estes projetos e experiências utilizam a comunicação, (Rádio, Jornal, Vídeo e Internet), para ampliar a participação dos moradores na organização de atividades que contribuem com o desenvolvimento comunitário e conseqüentemente com a gestão das UC, áreas de grande importância para a conservação da sociobiodiversidade mundial.

Na Amazônia, mas especificamente na Região do Médio Solimões, o IDSM incentiva a produção e circulação de informações dos moradores dessas Reservas, por meio da realização de oficinas de comunicação popular organizada e ministrada por profissionais do Instituto Mamirauá e por professores da Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Estas oficinas têm o intuito de repassar técnicas e instrumentos de comunicação existentes, orientando os moradores para produzirem informações de interesse da comunidade e tornarem-se comunicadores populares, repórteres comunitários de sua localidade.

As notícias enviadas por esses comunicadores compõem o jornal comunitário “O Comunicador”, sendo também divulgadas na Rádio Educação Rural de Tefé, através do Programa Ligado no Mamirauá, que há 13 anos compõem a grade de programação da Emissora Rural de Tefé, que opera na frequência de 1280AM. “A experiência tem demonstrado que a participação dos moradores locais na produção de informação básica, especialmente direcionada à educação ambiental e saúde, está

sendo valiosa principalmente para o fortalecimento das lideranças locais” (IDSM, 2007, p.36).

Para esta análise, escolhemos a comunidade Boa Esperança, localizada na RDSA. A escolha desta comunidade deu-se primeiramente por ser uma comunidade tradicional ribeirinha, localizada dentro de uma Unidade de Conservação de Uso Sustentável, e por viverem da produção de varinha e sítios de frutas, em ambiente de terra firme, na beira de um grande lago, denominado Lago Amanã. Boa Esperança se localiza na cabeceira do Lago Amanã distante das sedes municipais de Maraã e Tefé que ficam a aproximadamente 18 horas de barco regional. Tefé é a única ligação direta com a cidade de Manaus.

Através do estudo de caso, objetivou-se analisar os usos sociais da comunicação em uma localidade amazônica, verificando de que forma as estratégias de comunicação, desenvolvidas pela comunidade Boa Esperança, contribuíram ou influenciaram na organização e no desenvolvimento das atividades comunitárias.

A partir da análise das técnicas, dos instrumentos (rádio e jornal) e dos conteúdos produzidos na comunicação de Boa Esperança, verificou-se como as informações produzidas na comunidade e veiculadas por meio dos instrumentos de comunicação local *contribuem* para ampliar a organização e a participação dos moradores nas atividades de interesse da coletividade.

As bases teóricas para o estudo se relacionam com teoria crítica, iniciada por Max Horkheimer, Theodor Adorno, Herbert Marcuse, entre outros filósofos da Escola de Frankfurt. Associada com a teoria crítica utilizaremos também a teoria da recepção, incentivada por autores como Martín-Barbero e García Canclini, na década de 80, na América Latina.

A teoria crítica nasce da influência do Marxismo, objetivando explicar o funcionamento da sociedade e a formação de classes associada com a formação do indivíduo – através da psicanálise –, enquanto elemento que compõe o corpo social (ADORNO, 2009). Já a teoria da recepção desloca as pesquisas de comunicação para os fenômenos culturais, evidenciando que o que se passa na recepção é algo que diz respeito ao seu modo de vida, não esquecendo da importância dos meios e das técnicas de comunicação no estudo.

O estudo se fundamenta em obras de autores como Paulo Freire (1977), Marilena Silva (2002), Antonis Giddens (2001), Allan Touraine (1998), que a partir da teoria crítica da sociedade visualizam uma nova forma de relações sociais, não apenas baseadas nas relações monetárias. Baseia-se também em autores como Jean Baudrillard (1929), Manuel Castell (1999) e McLuhan (1964), no intuito de demonstrar a importância da comunicação e informação para as sociedades contemporâneas. Utiliza autores como Bordenave, Simpsons, Paiva e Peruzzo para diferenciar a comunicação popular, alternativa e ou comunitária focada para o desenvolvimento da comunicação instrumental, baseado na teoria da informação bem conhecida pelos estudos da indústria cultural. Finalizando, baseia-se em autores como Robert Putnam (1996), Antonio Vázquez Barquero (1988) e Carlos Milani (2004) que acreditam que as relações de participação, cooperação, confiança mútua e governança são elementos fundamentais para o desenvolvimento local (rural e urbano), pois permite a ampliação das relações sócio-produtivas por aqueles que participam de sua construção.

Assim, este trabalho está dividido em três partes além desta introdução e da conclusão. Inicia-se com o marco teórico sobre a visão desenvolvimentista da comunicação e a comunicação considerada como um desenvolvimento local sustentável, identificando e diferenciando as visões existentes da comunicação. Em seguida abordaremos a metodologia de pesquisa apresentando a caracterização da comunidade estudada. Finalizando demonstram-se os dados coletados e os resultados alcançados, analisando como o uso social da comunicação em uma comunidade inserida dentro de UC pode contribuir para ampliação da organização e participação dos moradores no desenvolvimento das atividades da localidade.

1 Visão Desenvolvimentista da Comunicação

Os autores McLuhan (1964) e Castells (1999) conceituam o mundo como globalizado e informacional, no qual a comunicação e a informação e suas relações técnicas, de geração, processamento e transmissão da informação tornam-se fontes fundamentais de produtividade e de poder das sociedades. Para McLuhan (1964) o meio é a mensagem. E segundo

Giddens (2001, p. 465), “Isto significaria que os meios de comunicação social encontrado em uma determinada sociedade, influenciam muito mais a estrutura dessa sociedade do que o conteúdo ou a mensagem, em si, veiculados pelo meio”.

Para Castell (1999, p. 69), “a difusão da tecnologia amplia seu poder de forma infinita, à medida que os usuários apropriam-se dela e redefinem. As novas tecnologias da informação não são simplesmente ferramentas a serem aplicadas, mas processos a serem desenvolvidos”. Giddens (2001), ao falar dos meios de comunicação de massa e de comunicação em geral, refere-se ao autor francês Jean Baudrillard, abordando que o mesmo acreditava que o impacto dos modernos meios de comunicação de massa é muito diferente e muito mais profundo do que o de qualquer outra tecnologia. “O advento dos mass media⁴, em particular dos meios eletrônicos como a televisão, transformou a própria natureza das nossas vidas. A televisão não nos representa só o mundo, mas, de uma forma gradual, define o que é, realmente, o mundo em que vivemos” (GIDDENS, 2001, p. 466).

Estes autores concordam que as novas condições surgidas no último século, pelas Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) possibilitaram a formação de uma “aldeia global” (MCLUHAN, 1964). Esta “aldeia global” se caracteriza pela disseminação de notícias e informações para todo o mundo, possibilitando a participação simultânea dos acontecimentos. Por exemplo, milhões de pessoas assistiram aos atentados terroristas em 11 de setembro de 2001 nos EUA, simultaneamente. Em diferentes partes do globo, telespectadores tomaram conhecimento do mais dramático e assustador episódio terrorista e midiático ocorrido no mundo contemporâneo.

Fatos como estes, possibilitados pelas TICs, assumem no cotidiano a importância por conectar e desconectar os indivíduos, grupos, regiões e países, em um fluxo contínuo de estratégias, formas e conteúdos informacionais, tendo como resultado o simulacro da realidade.

⁴ O *mass media* incluem uma ampla variedade de tecnologias e formas de comunicação, como a televisão, os jornais, os filmes, a rádio, a publicidade, os jogos de vídeo, os CD, os DVD etc. Chama-se *mass media* pois atingem um grande número de pessoas simultaneamente.

Já estaríamos, então, em um estado abstrato, desencarnado, em que as coisas continuam por simples inércia e tornam-se o simulacro delas mesmas, sem que se possa pô-lhes termo. Elas não são mais que uma síntese artificial, uma prótese. Obviamente, isso lhes garante uma existência e uma espécie de imortalidade, de eternidade – a do clone, de um universo clone (BAUDRILLARD, 1929, p. 55).

Baudrillard (1929) acreditava que os novos meios de comunicação social mudam, efetivamente, a realidade em que vivemos, tornando a nossa história sem fim e conseqüentemente sem finalidade.

Anthony Giddens, em seu livro *Sociologia*, aborda os meios de comunicação de massa e a comunicação em geral, como um processo histórico social global. Neste livro, Giddens demonstra que, “como outros aspectos da sociedade global, a nova ordem de informação desenvolveu-se de forma desigual, refletindo as divisões entre as sociedades desenvolvidas e os países subdesenvolvidos” (GIDDENS, 2005, p.477).

Manuell Castells considera a modernidade uma sociedade informacional, globalizada e em rede, capaz de integrar várias culturas, linguagens e comportamento social em um mesmo ambiente virtual global integrado. “Afirmo que por meio da poderosa influência do novo sistema de comunicação, mediado por interesses sociais, políticas governamentais e estratégias de negócios, esta surgindo uma nova cultura: a cultura da virtualidade real” (CASTELLS,1999, p. 415). Para o autor, esta virtualidade tem como espinha dorsal a comunicação global mediada pelo uso de computadores, principais responsáveis por interligar diferentes sociedades com o uso da internet.

Esta visão da comunicação é associa-se à Teoria da Informação, na qual o sentido da comunicação está nos canais e nos códigos utilizados por um emissor (este, pleno de poderes), objetivando a clareza e a eficácia na transmissão dessas mensagens para um receptor (visto como mercadoria e sem memória), dominado pelo sistema do emissor. Tal visão é conhecida como modelo mecânico de comunicação, no qual os meios e as técnicas de comunicação são vistos como instrumentos de poder.

Este modelo de comunicação, apesar de teoricamente ultrapassado, é referencia nas práticas instrumentalistas da grande mídia, e igualmente

replicados em projetos e programas de comunicação, por todo o Brasil, em especial na Amazônia.

Costa (2006) demonstra que as ações de comunicação para Amazônia são pensadas e pautadas no “modelo mecânico”, no qual os técnicos, gestores e especialistas ambientais detêm o “conhecimento”, e, por consequência, são os emissores das informações, deixando para os receptores (no caso os agricultores, representados pelas populações rurais e sua diversidade de atores, como as populações tradicionais, ribeirinhos, quilombolas etc.), apenas a função de decifrar as informações recebidas, especialmente nas mensagens relacionadas ao desmatamento na Amazônia. Para Costa (2006) os agricultores são colocados como inferiores e obrigados a acatar a nova forma de agir ambientalmente.

A comunicação na Amazônia associa-se com a ideia e o processo de desenvolvimento econômico e social da região Amazônica, desde o início da percepção da Amazônia pelo Estado Nacional. Segundo Silva (2008, p.74), “esse processo instalou-se com base na apropriação dos recursos naturais da região, sem grandes considerações às populações locais”.

2 Comunicação e desenvolvimento local sustentável

2.1 Desenvolvimento local sustentável

Os desastres naturais (furacões, enchentes, secas, degelos) presenciados ultimamente em nosso Planeta e refletidos em jornais diários, programas de Tv e documentários, como “Uma Verdade Inconveniente” do ex-candidato a presidente dos EUA, All Gore, alertam as sociedades globais sobre as crises ambientais e retornam as previsões de séculos passados, como a crise dos alimentos profetizada por Malthus (1798). Segundo a teoria malthusiana, o crescimento da população acarretaria na falta de recursos alimentícios para si, tendo como consequência a fome.

A possibilidade de integração entre países, possibilitada pelos instrumentos e meios de comunicação, associada à consciência crítica da sociedade sobre a realidade ambiental pós-moderna, fez surgir, em âmbito mundial, conferências e declarações (Estocolmo, 1972; Tibilisi, 1977; Moscou, 1987) que subsidiaram e direcionaram políticas públicas em todo mundo, relacionadas à preocupação ambiental no que diz

respeito à gestão pública, surgindo neste contexto novos paradigmas para o desenvolvimento e colocando a Amazônia no centro das atenções mundiais.

A mídia e as mensagens atuais, seja no campo científico, seja no campo empírico, nos alertam sobre o rumo do Planeta e retomam o debate público em torno das crises ambientais vistas por muitos autores como resposta a mundialização da modernidade. Silva (2002), por exemplo, diz que o advento da sociedade moderna e globalizada é responsável por modificar as relações entre sociedade e natureza e suas conexões entre espaço e tempo. Essas modificações seriam, por sua vez, responsáveis por surgir, no local, elementos conectados ao global, distanciados e determinados pela natureza. Este descompasso entre sociedade e natureza, tempo e espaço, seria o responsável pela perda da biodiversidade, pela alteração climática e, mais recentemente, pela falta de alimentos em países como China e Índia.

Segundo Meadows (1972), essas crises são decorrentes da problemática mundial, – crescimento populacional e esgotamento dos recursos naturais retirados do planeta, essenciais para o funcionamento do sistema capitalista globalizado – que coloca em xeque o futuro do desenvolvimento e conseqüentemente da sociedade capitalista.

Nota-se que esses elementos, originários das crises ambientais e que cercam a sociedade atual, são instituídos pelas atuais condições modernas de produção de bens materiais, transformando até mesmo as relações sociais em relações monetarizadas. Para Silva (2002), a lógica das relações sociais passa a obedecer apenas o ritmo da produção do capital, desvalorizando as relações entre os sujeitos sociais, aumentando a desigualdade entre os que têm e os que não têm acesso a tais bens monetários.

Touraine (1998), por exemplo, diz que o sujeito não é mais visto como cidadão de uma sociedade política, mas como força de trabalho. Ele necessita trabalhar dia-a-dia, conseguir sua liberdade, por intermédio do salário.

Tais percepções modernas, associadas ao crescimento populacional e ao esgotamento dos recursos naturais, não se dão somente no campo científico, mas na junção deste com outros campos da sociedade civil, como o Estado, as ONGs e os movimentos sociais, gerando um espaço

de discussão global e de formação de novos paradigmas para o desenvolvimento. Esta percepção fez concretizar um espaço social diferente, pois, pela primeira vez, tal espaço é caracterizado por interesses de diferentes países, nascendo uma nova visão de sociedade como sistema único, porém com recursos esgotáveis e com fins previsíveis.

A partir da década de 70, com a formação do Clube de Roma, o debate sobre o desenvolvimento como sistema global acentuou-se, incluindo nessa discussão componentes variados, mas interdependentes como poluição, recursos naturais, população, pobreza e meio ambiente, inserindo a Amazônia nos debates mundiais.

A realização da Conferência Mundial sobre o Meio Ambiente – promovida pela Organização das Nações Unidas (ONU), em Estocolmo, no ano de 1972, – deu origem à *Declaração sobre o Meio Ambiente Humano*. Isso demonstra a dimensão da questão ambiental como elemento fundamental ao desenvolvimento. A Declaração também alerta que as soluções para o problema ambiental, por envolver interesses globais, implicam em negociações que afetam as soberanias dos países. Assim caracterizado, o crescimento econômico não é, por si só, condição suficiente para o desenvolvimento, já que este, na nova dimensão, abrange a eficiência econômica, a equidade social e a prudência ecológica global.

Na Assembleia Geral da ONU de 1983, criou-se a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, cujo relatório produzido durante o encontro foi intitulado *Nosso Futuro Comum*. Este relatório tinha como objetivo:

Propor estratégias ambientais de longo prazo para se obter um desenvolvimento sustentável por volta do ano 2.000 e daí em diante, recomendar maneiras mundiais para que a preocupação com o meio ambiente se traduza em maior cooperação entre os países em desenvolvimento e entre países em estágios diferentes de desenvolvimento econômico e social e leve à coerção de práticas e objetivos comuns e interligados que considerem as inter-relações de pessoas, recursos, meio ambiente e desenvolvimento (LAYRARGUES, 1997).

O termo Desenvolvimento Sustentável foi definitivamente incorporado, como um princípio, durante a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, à Cúpula da Terra de 1992 - Eco-92, no Rio de Janeiro. O Desenvolvimento Sustentável, como é proposto pela Conferência, busca o equilíbrio entre proteção ambiental e desenvolvimento econômico e serve de base para a formulação da Agenda 21, com a qual mais de 170 países se comprometeram e na qual assinaram.

Máximo Simpson (1981) indica que a comunicação para o desenvolvimento associa-se a uma “comunicação alternativa” – também chamada “dialógica”, “popular” e “participativa”.

Para Cicília Peruzzo (2008), a comunicação popular, comunitária ou alternativa se confunde conceitualmente. “A confusão ocorre porque, apesar de denominações diferentes, na prática, em muitos casos os objetivos, processos desenvolvidos e a estratégia são os mesmos ou, no mínimo, semelhantes” (PERUZZO, 2008, p.5).

No Brasil esta comunicação surgiu dentro dos movimentos populares contra a ditadura militar, nos anos de 1970. A imprensa nanica, como ficou conhecida, era o único veículo, mesmo que pequeno e rústico, que se arriscava a contestar a autoridade estatal. Na década de 90, as rádios comunitárias surgem como alternativa por parte dos movimentos sociais, para contrapor a opinião da grande mídia. Estes veículos têm por finalidade contribuir para a mudança social e a ampliação dos direitos de cidadania, tanto sociais como econômicos e políticos (PERUZZO, 2008).

Para Freire (1987), esta comunicação crítica possibilita, através do diálogo, a reconstrução das relações interpessoais, nas quais os meios de comunicação passariam a ser um instrumento que possibilite um espaço de participação dos diversos atores locais, seja para expor sua ideia por meio da palavra, ou mesmo para aparecer, sendo esta participação elemento-chave para o funcionamento do veículo e conseqüentemente para a circulação das informações de interesse da coletividade local.

A comunicação dialógica, horizontal e igualitária, conceitualizada por Paulo Freire em seu livro *Extensão ou comunicação?* (1987), encontra aspectos semelhantes ao conceito de comunicação participativa, popular ou alternativa, estipulada por Peruzzo (2008) e Simpson (1981). Ambos os conceitos compreendem a comunicação como processo de caráter

basicamente local, voltado para o entendimento e a busca de soluções da realidade vivida, e pressupõem a interação mediada por elementos compartilhados do mundo da vida, em busca da melhor relação social entre pessoas e instituições que vivem uma determinada realidade.

De acordo com Simpson (1981), a comunicação alternativa, também chamada de dialógica, popular e participativa, teria as seguintes premissas: a) acesso amplo de todos os setores sociais do sistema; b) propriedade social dos meios de comunicação; c) conteúdos favoráveis à transformação social; d) fluxos horizontais e multidirecionais de comunicação e produção artesanal das mensagens (SIMPSON, 1981, p. 111).

Dessa forma, a comunicação comunitária, popular ou alternativa, baseada no diálogo horizontal, possibilita ao receptor, o maior interessado na informação, ser também o emissor, produtor da mensagem, “reforçando as relações de pertencimento entre seus membros e conseqüentemente o poder reivindicatório que se instala no local, a partir da informação numa ótica pragmática, não com um propósito meramente promocional, mas de melhoria da condição de vida do indivíduo” (PAIVA, 2004, p.58), ao contrário da comunicação produzida pelos meios de comunicação instrumental.

A comunicação dialógica volta-se para produção e para troca de informações de acordo com os interesses das minorias que, por sua vez, possuem interesses e necessidades específicas. Nesse veículo, a escolha e o debate de temas devem ser feitos por eles mesmos, possibilitando maior e melhor entendimento das necessidades locais e, conseqüentemente, o atendimento e a resolução destes problemas. O processo de produção e a troca de informações locais podem fortalecer e possibilitar o entendimento das demandas priorizadas pelas minorias, associando-as às necessidades e aos interesses da coletividade.

Bordenave (1977), em seu livro *Communication and Rural Development*, observa que a forma da comunicação a serviço do desenvolvimento deve-se apoiar em pelo menos quatro abordagens teóricas básicas; a) comunicação como persuasão; b) comunicação como transmissão de informação; c) comunicação como expressão pessoal, interação social e de relacionamento; d) comunicação como um instrumento vital de mudança social e política associada com o autêntico desenvolvimento rural.

Tais abordagens pressupõem um modelo de comunicação como sistema interligado, no qual todos os atores e as instituições envolvidas no processo de desenvolvimento troquem informações com o mundo que os rodeiam. Este sistema, para Bordenave (1977), seria cíclico, pelo qual qualquer interessado poderia emitir informações, além de adicionar, formular e responder a questões, a partir de qualquer outro local. Porém, para o autor, o ponto de partida desta comunicação seria a comunidade. Já o Poder Público seria responsável pelo apoio e troca de ideias, pareceres e informações para o desenvolvimento, possibilitando a troca e a mudança de comportamentos.

Neste contexto, as possibilidades de uma comunicação para o desenvolvimento iniciam-se primeiramente pela efetiva participação da população local na formulação de temas e informações de seu interesse, porém comuns a todos e em prol da coletividade. O outro elemento limitante desta comunicação para o desenvolvimento é a garantia de que esses meios de comunicação propiciem espaços horizontais e bilaterais, ao contrário da comunicação vertical e unilateral desenvolvida pelos meios de comunicação de massa e dominado por pequenos grupos políticos e elitistas do mundo atual.

Seguindo este raciocínio, Oliveira (2002) deduz que o novo milênio se caracteriza pela necessidade de construir novas formas de relações sociais, baseadas na capacidade e sensibilidade de os atores envolvidos utilizarem e se influenciarem pela prática discursiva midiática, ligada aos processos de regulação social ou ligados às ações sociais emancipatórias, contestatórias ou reivindicatórias, já que “através da mídia que são promovidos os embates políticos e ideológicos, as ações cooperativas e o jogo de influência dos atores sociais” (OLIVEIRA, 2002, p. 70).

De um lado, a comunicação comunitária, popular ou alternativa, como elemento responsável pelo intercâmbio de ideias e opiniões, por meio da palavra ou da publicização da questão, da ação e do acontecimento, tem a finalidade de contribuir para a mudança social e para ampliação das relações sociais. Do outro, o desenvolvimento local sustentável, entendido como processo endógeno que mobiliza as forças locais, com foco nas capacidades e potencialidades específicas, além de assegurar os recursos naturais locais. A associação destes dois conceitos são a base para as análises do estudo de caso aqui proposto.

3 A Comunicação para a sustentabilidade do desenvolvimento na Comunidade Boa Esperança - RDSA

A comunidade Boa Esperança é uma das 43 comunidades que utiliza áreas dentro dos limites da RDSA para desenvolverem suas atividades econômicas. Boa Esperança é uma comunidade tradicional ribeirinha, situada em ambiente de terra firme, localizada na margem direita, próxima a cabeceira do Lago Amanã no município de Maraã-AM. É composta por 38 domicílios e 212 habitantes, sendo 104 do sexo masculino e 108 do feminino. Vivem da agricultura e da extração de recursos da floresta, incluindo a caça de subsistência.

Segundo a história contada por seus moradores, durante a coleta de dados desta pesquisa, as primeiras famílias chegaram aproximadamente em 1975, no Lago Amanã, ocupando primeiramente o Igarapé do Juá Grande, localizado a 30 minutos da atual localização da comunidade. Seus moradores são descendentes de nordestinos, moradores do seringal do Marari, no rio Juruá (alto Solimões), que durante o ciclo da borracha, deixaram suas terras para trabalharem como extratores de borracha na Amazônia.

Boa Esperança sofre com a falta de infraestrutura básica. Fica localizada a uma grande distância das sedes municipais (Maraã, Tefé), a aproximadamente 14h de barco da cidade mais próxima (Tefé), dificultando o acesso à informação, ao comércio, à saúde, à educação, entre outros direitos constitucionais, como a votação eleitoral que acontece apenas na sede municipal de Maraã, município do qual Boa Esperança pertence, e na comunidade de Capivara, localizada no Rio Juruá a aproximadamente 18h de barco de Boa Esperança.

As casas das famílias na comunidade são todas de madeira, tendo a frente de suas casas, na maioria, virada de frente para o Lago e possuindo antena parabólica. Na grande maioria os filhos moram próximo às casas de seus pais.



Fig. 1 - Comunidade Boa Esperança



Fig. 2 - Casa na comunidade Boa Esperança

Um importante meio de comunicação da comunidade é a rádio comunitária A Voz da Selva. Esta rádio foi iniciada em 2004, por iniciativa de um morador e desde fevereiro de 2008, com apoio do IDSM e da Oi Futuro, possui uma torre de 30m de altura com uma antena e transmissor de 25W de potência, possibilitando a transmissão de informações a outras quatro comunidades do entorno, sendo a responsável por repassar as informações da escola, dos exames de malária realizados pelos moradores das outras comunidades em Boa Esperança, além dos recados e avisos recebidos via telefone das sedes municipais e que interessam as outras comunidades do entorno de Boa Esperança. Todos os equipamentos da Rádio funcionam com placas solares.

Estas características fazem da comunidade Boa Esperança uma comunidade tradicional ribeirinha, que utiliza a atividade de subsistência para seu sustento e tem a produção de farinha como a principal fonte de renda, seguida da plantação de frutas como o abacate e o cupuaçu. Apesar de estar a aproximadamente a 18h de barco da sede municipal mais próxima (Tefé), sua relação comercial com as cidades da região é intensa, pois a mesma possui um barco regional com 14 metros de comprimento e que de quinze em quinze dias, leva a produção das famílias da comunidade para serem comercializados na cidade, aproveitando a oportunidade para aquisição de mercadorias e rancho para seus moradores.

Com a concretização da Rádio A Voz da Selva na comunidade Boa Esperança na RDS Amanã, inicia-se em 2006, a formação da Rede

Ribeirinha de Comunicação⁵ com o apoio do Instituto Oi Futuro, na implantação de Rádios Poste Comunitária, nas comunidades Boca do Mamirauá e Porto Braga, na Reserva Mamirauá, além da atualização dos equipamentos de som e implementação dos sistemas de energia solar para a Rádio A Voz da Selva, na RDSA. Utilizou-se, para funcionamento das três Rádios Poste, a energia fotovoltaica, possibilitando o fortalecimento da atuação dos comunicadores populares, com o envio de informações coletadas durante as atividades realizadas nas próprias comunidades, enviadas ao Ligado no Mamirauá e transmitidas na Rádio Educação Rural de Tefé, ampliando assim o alcance dessas informações.

De acordo com os resultados da pesquisa, para que a Rede Ribeirinha de Comunicação funcione, participam atualmente quarenta (40) comunicadores populares das comunidades Boa Esperança, Bom Jesus do Baré, Santa Luzia, Monte Sinai, Santo Estevão, Calafate, São Paulo do Corací, S. J. do Ipecaçú, Boca do Mamirauá, Caburini, Vila Alencar, São Raimundo do Jarauá, Nova Colômbia, Nova Betel e Porto Braga, localizadas nas RDSM e RDSA. Estes comunicadores são responsáveis pela produção de informação local e o envio destas para a rede.

De acordo com os resultados da pesquisa realizada nota-se que se utilizam estratégias e instrumentos tecnológicos de comunicação (Rádio e Jornal) baseadas no conceito de comunicação comunitária, alternativa ou popular, no qual a população local tem a possibilidade de utilizar esses instrumentos para produção de informação de seus interesses, possuindo assim elementos que diferenciam do “modelo mecânico” conceituado pela teoria da informação e contribuindo para a criação de um novo espaço público, em prol do desenvolvimento das atividades das comunidades, localizada dentro e no entorno de extensas áreas protegidas caracterizadas como UC pela sua importância para a permanência da sociobiodiversidade mundial.

⁵ Projeto que consiste na instalação de Rádios Postes compostas de placas solares e sistema de som amplificado em três comunidades das Reservas, copiando o modelo implementado na comunidade Boa Esperança, além de apoiar a produção do Jornal O Comunicador.

A comunicação realizada associa-se com elementos da comunicação popular, comunitária e alternativa, pois foca “as necessidades que tem a localidade de conhecer seus próprios problemas” (PAIVA, 2004, p.158).

Considerações Finais

Com a análise das informações coletadas sobre o uso social da comunicação na comunidade Boa Esperança, nota-se a importância dos instrumentos de comunicação locais principalmente nas dimensões sociais do trabalho, da saúde, da educação e da organização, com a ampliação e circulação de informações relacionadas às datas e horários das reuniões da associação, da escola e das atividades comunitárias como um todo. Para isso esta comunidade utiliza-se do veículo rádio, por ser um veículo de comunicação oral, o que facilita a produção de notícias e seu manuseio, comparado com o jornal, que é um veículo impresso necessitando da escrita para produção e divulgação das informações. Consequentemente, observou-se a dificuldade que esta população tem em produzir informações relacionadas a sua realidade, tendo em vista que a maioria desta população não possui uma boa alfabetização e ter acesso limitado a outros meios de comunicação, sendo o IDSM a referência para a busca de informações.

Assim, o rádio é o principal veículo de troca de informações locais e regionais. A familiaridade dos moradores desta região com o rádio é herança vinda da Igreja Católica/MEB que propiciou o uso deste veículo como instrumento para mobilização de atividades em prol da união, solidariedade, organização e desenvolvimento das localidades que vivem dispersa nas beiras dos rios.

Nota-se que esta comunicação produzida, localmente, tem fortalecido os laços comunitários na dimensão trabalho, entretenimento, educação, saúde e organização, através da divulgação de notícias e datas sobre ajuris, limpeza, roçagem, reuniões da escola, da associação, eventos festivos e demais atividades de interesse da coletividade local como as relacionadas às atividades da Pastoral da Criança.

O uso feito por estes moradores de UC de uso sustentável nos remete aos conceitos propostos pelos autores como Boredave (1977), Simpsom (1981), Beltran (2005), Peruzo (2008), Paiva (1998) que

abordam a comunicação como um instrumento que contribui para o desenvolvimento. Para estes autores, a comunicação a serviço do desenvolvimento baseia-se na horizontalidade, diálogo e participação de todos os envolvidos na comunicação.

Os veículos de comunicação locais como a rádio A Voz da Selva e o informativo O Comunicador, podem ser considerados instrumentos que incentivam e possibilitam a participação dos atores locais na disseminação de informações de seus interesses, refletindo inclusive nos assuntos disseminados regionalmente pelo Ligado no Mamirauá, sendo os responsáveis pela diminuição das distâncias, amenizando e interligando localidades até então incomunicáveis, do ponto de vista de troca de informações e circulação de notícias de interesse da coletividade.

Com a pesquisa concluímos que a comunicação produzida na comunidade Boa Esperança pode contribuir com a organização e mobilização da população para as atividades comunitárias relacionadas principalmente às dimensões do trabalho, da escola, da saúde, do entretenimento e da organização comunitária. No entanto, não se pode afirmar que esta comunicação esteja favorecendo o desenvolvimento local, tendo em vista que este desenvolvimento engloba o fortalecimento de outros elementos como as atividades econômicas e produtivas desenvolvidas na localidade, o que não se confirmou com a análise do uso destes meios de comunicação na mesma.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor W. **Dialética negativa**. Tradução Marco Antônio Casanova. Revisão técnica Eduardo Soares Neves Silva. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2009.

BORDENAVE, J. D. **Communication and Rural Development**. Paris: UNESCO, 1997.

CASTELLS, Manuel. **A Sociedade em Rede**. 3ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CASTRO, E. M. R. Transformações Ambientais na Amazônia: problemas locais e desafios internacionais. *In*: MENDES, Armando Dias (Org.).

Amazônia, terra & civilização: uma trajetória de 60 anos. v. 1. 2ª Ed. Belém: Banco da Amazônia, 2004, pp. 45-77.

CMMAD. **Nosso Futuro Comum.** Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1988

DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio (Org.). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação.** São Paulo: Atlas, 2005.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977, 93p.

_____. **Pedagogia do Oprimido.** 45ª Ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005

GIDDENS, Anthony. **A mídia e as comunicações de massa.** 4ª Ed. Porto Alegre: Artmed, 2005.

GIDDENS, Anthony. **Sociologia.** 6ª Ed. Fundação Calouste Gulberkian, 2001.

LAYRARGUES, Philippe Pomier. Muito além da natureza: educação ambiental e reprodução social. *In:* LOUREIRO, Carlos Frederico B. (Org.). **Pensamento complexo, dialética e Educação Ambiental.** São Paulo: Cortez, 2006.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. **La comunicación desde la cultura:** crisis de lo nacional y emergencia de lo popular. Trabalho apresentado no Seminário Latinoamericano sobre cultura transnacional, culturas populares y políticas culturales. Bogotá, 1985.

McLUHAN, M. **Os meios de comunicação como extensões do homem** (Understanding media). São Paulo: Cultrix, 1964.

MEADOWS, Dennis L. **The Limits to Growth.** São Paulo: Ed. Perspectiva, 1972.

MILANI, Carlos R. S. **Teorias do Capital Social e Desenvolvimento Local:** lições a partir da experiência de Pintadas (Bahia, Brasil). **Organizações e Sociedade.** Edição esp., v. 11, Salvador, 2004. pp. 95-113.

MORAES, Dênis de *et al.* **Por uma outra comunicação:** mídia, mundialização cultural e poder. Rio de Janeiro: Record, 2003.

PAIVA, Raquel. **O espírito comum**: comunidade, mídia e globalismo. Petrópolis: Vozes, 1998.

PERUZZO, Cílicia Kroling. **Comunicação nos movimentos populares**: a participação na construção da cidadania. Petrópolis: Vozes, 1998.

_____. Sociedade da informação no Brasil: Desafio de tornar a internet de todos para todos. *In*: PERUZZO, Cílicia; BRITTES, Juçara (Org.). **Sociedade da informação e novas mídias**: participação ou exclusão? São Paulo: INTERCOM, 2002.

PISSARRA, Esteves, J. **Espaço Público e Democracia**. Lisboa: Colibri, 2003.

PUTNAM, Robert D. **Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna**. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1996.

SIMPSON, G. Maximo: **Comunicação alternativa y cambio social en el America Latina**. México: Universidade Nacional Autonoma do México, 1981.

SILVA, Célia Regina. **Deslocamentos Bios Politikos na Esfera Pública de Visibilidade Midiática**. Trabalho apresentado ao NP Comunicação para a Cidadania do XXXI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Natal, 2008.

SILVA, Marilena Loureiro da. **Educação Ambiental e Cooperação Internacional na Amazônia**. Belém: NUMA/UFPA, 2008, 213p.